

JUREMA MARIA PEDROSO

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO:

A EDUCAÇÃO FÍSICA E A REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Projeto final de trabalho do
4^o bimestre apresentado à
disciplina Diagnose da Realidade
Contemporânea, do Curso
de Licenciatura em Educação
Física e Desporto do Setor
de Ciências Biológicas,
Universidade Federal do
Paraná

CURITIBA

1993

SUMÁRIO

I	- INTRODUÇÃO	01
II	- DESENVOLVIMENTO	01
	2.1. Conceitos principais	01
	2.1.1. Sociedade	01
	2.1.2. Sociedade brasileira	01
	2.1.3. Realidade	01
	2.1.4. Educação	02
	2.1.5. Educação física	02
	2.2. Noções preliminares	03
	2.2.1. Conceito de realidade	03
	2.2.2. Sociedade	05
	2.2.3. Trabalho: uma análise histórica	08
	2.2.3.1 Trabalho e classes sociais	10
	2.3. A realidade social brasileira	13
	2.3.1. Um pouco de história	14
	2.3.2. Classes sociais no Brasil	17
	2.4. A educação	21
	2.4.1. Referencial teórico da educação	22
	2.4.1.1 Émile Durkheim	22
	2.4.1.2 Dewey	23
	2.4.1.3 Pesseron e Bourdieu	24
	2.4.1.4 Althusser, Polantzas, Establet.	24
	2.4.1.5 Gramsci	25
	2.4.2. A escola	26

2.4.3 Educação no Brasil	28
2.5. Comunicação	31
2.6. A educação física	33
2.6.1 A educação física e a realidade brasileira	33
2.6.2 Concepções filosóficas	35
III - CONCLUSÃO	39
3.1. Considerações finais	39
3.2. Recomendações	39
IV - GLOSSÁRIO	41
V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
VI - BIBLIOGRAFIA	43

I. INTRODUÇÃO

O povo brasileiro reside em um país dependente e capitalista, chamado terceiro mundo. No terceiro mundo a exploração vindo dos países dominadores é enorme, pois ela encontra-se na utilização de matérias-primas e mão-de-obra, instalação de indústrias poluidoras, e também esses países ditam ordens.

Como pode-se perceber, vive-se diante de relações de dominação e dependência onde os ricos esbanjam e os pobres, que são a maioria, passam fome. Nesse sentido, a realidade do terceiro mundo é cada vez mais agravante, pois a taxa de desemprego, pobreza, violência, delinqüência juvenil e de adultos cada vez aumenta.

Diante dessa realidade, como tem se posicionado a educação física? ou seja, qual o papel que a educação física tem cumprido face à realidade social brasileira?

Para discutir e analisar essa temática, de forma crítica e radical, buscou-se primeiramente esclarecer alguns aspectos básicos que são detalhados no primeiro capítulo: "noções preliminares", onde são abordados as questões da realidade, sociedade e do trabalho. No segundo capítulo, buscou-se abordar a questão da "realidade social brasileira" dentro do contexto capitalista. Já no terceiro capítulo analisa-se a questão da educação, e, finalmente, no quarto e último capítulo discute-se a questão da educação física inserida no contexto da sociedade brasileira e qual o papel

que tem assumido diante dessa sociedade.

Discutir a educação física no contexto da realidade social brasileira, não é tarefa fácil. Mas acredito que trabalhos como esse possibilitem um referencial teórico, crítico e radical, que aponte em direção a uma prática social concreta e transformadora, que justifica o presente trabalho.

O tema será abordado pela ótica do conflito considerando que, tudo tem relação com um todo, que este todo está em constante movimento e, buscando sempre, levantar as contradições. Por esses motivos, pode-se inferir que o método de abordagem utilizado será o dialético concomitante ao método dedutivo, uma vez que parte-se do geral para o particular. Como método de procedimento utilizando-se o método histórico e, finalmente, como técnica de pesquisa a técnica documental, pois o trabalho é de cunho bibliográfico.

II - DESENVOLVIMENTO

2.1. CONCEITOS PRINCIPAIS

2.1.1 **Sociedade:** para Marx, o indivíduo e a sociedade não são duas entidades mutuamente exclusivas; cada conceito inclui, em si mesmo, certos momentos do outro. Em outras palavras, eles coexistem. A sociedade divide-se em infra-estrutura, que é a estrutura econômica, e a supra-estrutura que, por sua vez, divide-se em estrutura jurídico-política e estrutura ideológica. (SARUP, 1980)

2.1.2 **Sociedade brasileira:** é a estrutura social brasileira dividida em classes formando a pirâmide social em que pode ser representada tendo no seu ápice a alta burguesia, na sua base a classe trabalhadora e entre essas duas classes antagônicas, a classe média, com suas peculiaridades contraditórias. É caracterizada por um capitalismo periférico onde se estabelece não só uma relação interna de dominação como também uma relação externa de dependências econômicas (MEDINA, 1990).

2.1.3 **Realidade:** é o terreno firme que pisamos em nosso cotidiano, considerando que o homem, no processo de construção dessa realidade, não é ser passivo, ou seja, ele não apenas registra a realidade como algo dado mas constrói e edifica a mesma. Assim, a realidade não é simples dado obtido, não é algo externo ao homem, mas é modelada pela agência humana (DUARTE, 1990).

2.1.4 **Educação:** quanto a conceituação de educação e sua situação num contexto social, existe concordância em dois pontos: primeiro que a educação sempre expressa uma doutrina pedagógica, a qual implícita ou explicitamente se baseia numa realidade social concreta, o processo educacional se dá através de instituições específicas que se tornam porta-vozes de uma determinada doutrina pedagógica (XAVIER, 1990).

2.1.5 **Educação física:** considerando que é muito fértil o terreno das discussões a acerca da educação física, que até mesmo o próprio nome é questionado "educação física ou ciência da motricidade?", pode-se dizer que seu conceito decorre de diferentes visões da sociedade e do homem. Nesse sentido, considera-se que a educação física, enquanto área do conhecimento e aspecto da educação envolvida com o movimento humano, não pode se alienar em suas especificidades motoras, perdendo de vista a sua ação pedagógica de apoio e colaboração às transformações sociais (BRACHT, 1992).

2.2. NOÇÕES PRELIMINARES

Para se fazer qualquer discussão ou análise em relação a atual sociedade brasileira, faz-se necessário, antes de mais nada, abordar alguns aspectos básicos que irão proporcionar bases sólidas para a compreensão do contexto social brasileiro. Para tanto, serão apresentados, nos itens que seguem, a questão da realidade, da sociedade e do trabalho para que se possa, posteriormente, buscar um aprofundamento das questões mais específicas referentes ao Brasil.

2.2.1 Conceito de realidade

Realidade, segundo João Francisco Duarte Júnior "é o terreno firme que pisamos em nosso cotidiano", ou seja, é algo concreto e não quimérico. Com essa expressão ele quer dizer também que, na verdade, não existe uma única realidade. Existe sim muitas realidades uma vez que cada um apreende um determinado objeto ou situação de acordo com a sua forma de ver o mundo que, por sua vez, é determinada por fatores sociais, culturais e econômicos. Contudo, para se compreender a realidade é importante ressaltar que o homem, no processo de construção dessa realidade, não é ser passivo, ou seja, ele não apenas registra a realidade como algo dado, não apenas grava aquilo que se apresenta aos seus sentidos. Pelo contrário, ele é o construtor do mundo, o edificador da realidade, no confronto contínuo entre o sujeito humano e a sociedade (mundo) em que vive.

A linguagem, sistema simbólico pelo qual se representam as coisas do mundo, por sua vez, é essencial nesse processo de construção da realidade. É pela palavra que define-se o mundo em que se vive, é pela palavra que as coisas adquirem significados: "a linguagem é o sistema fundamental e primordial de criação e significação do mundo"(DUARTE Jr., 1990). E é fundamentalmente aquilo através do que se generaliza a experiência da prática sócio-histórica da humanidade. Assim, a linguagem de um povo é o sistema que lhe permite organizar e interpretar a realidade, estando relacionada às condições materiais, fundamentalmente nas sociedades divididas em classes.

Dentro desses aspectos é importante ressaltar que é através das representações sociais que se explica, concebe e acredita na realidade e que se age conforme o grupo social e que essas representações podem estar baseadas em fatos científicos, em crenças e em outros aspectos, sempre dependentes dos grupos sociais com os quais o indivíduo convive. Contudo, para elaborar tais representações é necessário a experiência com um objeto ou situação e isso nem sempre é possível. Então surge a mediação de pessoas consideradas "autoridades" cuja função é elaborar essas representações dando significados às palavras. Dessa forma, acabam por impor representações necessárias a reprodução das relações sociais através da transmissão da ideologia dominante.

A partir dessa análise, pode-se concluir que a linguagem exerce uma mediação entre o indivíduo e o mundo e que a realidade, dessa forma, resulta das relações existentes

entre a matéria e o conjunto de significações utilizado para representá-la.

2.2.2 Sociedade

Antes de A. Comte e H. Spencer, a sociedade era considerada como um agregado de indivíduos. A partir desses autores, a sociedade passa a ser uma entidade característica, que transcende os indivíduos que a ela pertencem. Assim, esse conceito ganhou gradualmente aceitação como premissa legítima da pesquisa sociológica. Já autores como M. Ginsberg, Mac Iver e Parsons sugeriram, mais ou menos na mesma época, que sociedade se referia ao "complexo e esquema total" de relacionamentos sociais. Nesse sentido, deveria se estabelecer uma distinção entre sociedade e uma sociedade. H. Spencer usava a expressão "uma sociedade" para designar principalmente uma coletividade organizada, um grupo de pessoas que se mantinha unido por vínculos cooperativos. Autores como Summer e Keller seguiram a linha de Spencer definindo uma sociedade como "um grupo de seres humanos que vivem em esforço cooperativo para ganhar a subsistência e para a perpetuação da espécie". Já R. Linton identificava a sociedade como "qualquer grupo de pessoas que tivessem vivido e trabalhado juntos por tempo suficiente para que se organizassem ou se considerassem uma unidade social com limites bem definidos".(1)

Pode-se dizer, com base no conceito desses autores, que estes representam uma tradição onde o tópico subjacente é ordem e estabilidade, e a explicação disso. Nessas interpretações, a sociedade é composta de relações e instituições onde a sociedade cria indivíduos que só podem se

conformar a determinados papéis. Os "fatos sociais" são considerados como externos, independentes e coercivos. Usa-se, com freqüência, uma analogia biológica e a sociedade é considerada como um sistema de partes ou estruturas independentes que servem às necessidades do sistema. A implicação desse ponto de vista é que as leis sociais dominam os homens com uma necessidade absoluta e tudo o que eles podem fazer é sujeitar-se; nessa tradição, o indivíduo é passivo, adaptando-se ao ambiente. Todas essas características mencionadas fazem parte de uma concepção funcionalista de sociedade, ou seja, uma concepção que privilegia a categoria analítica do equilíbrio entre as diversas partes constitutivas da sociedade. Nessa concepção, os diversos subsistemas interpenetram-se e a mudança num elemento deve, por hipótese, acarretar transformações em outros, provocando uma seqüência de ajustamentos recíprocos que mantém o todo social integrado. Em outras palavras, impera a idéia de que as estruturas sociais possuem funções e que estas servem para manter o conjunto da sociedade de modo relativamente ordenado. Os diferentes problemas sociais se reduzem, a desajustes no funcionalismo do sistema, que precisam ser corrigidos. A concepção funcionalista, dessa forma, oculta as classes sociais e as contradições que existem na sociedade.

Por sua vez, Marx rompe com essa tradição, com essa forma de se ver a sociedade. Ele diferencia-se da maioria dos sociólogos da tradição clássica devido a sua crença no modelo ativo do homem, ou seja, acredita que este apesar de ter se tornado criatura das próprias condições sociais que criou, não tinha que permanecer prisioneiro dessas condições. Dessa

forma, a realidade não é um simples dado obtido, não é algo externo ao homem, mas é modelada pela agência humana.

O postulado básico do Marxismo é o determinismo econômico o qual o fator econômico é determinante da estrutura do desenvolvimento da sociedade. Para Marx, a sociedade divide-se em infra-estrutura e supra-estrutura, onde a primeira é a estrutura econômica, formada pelas forças produtivas que podem ser vistas como a atividade humana que visa a preservar as condições de vida. A segunda, a supra-estrutura, divide-se em dois níveis: primeiro a estrutura jurídico-política que é formada pelas normas e leis que correspondem à sistematização das relações já existentes; segundo, a estrutura ideológica, justificativa do real, é formada por um conjunto de idéias de determinada classe social que, através de sua ideologia, defende seus interesses. A infra-estrutura é a determinante de qualquer mudança social.

Para Marx, o indivíduo e a sociedade não são duas entidades mutuamente exclusivas; cada conceito inclui, em si mesmo, certos momentos do outro. Em outras palavras eles coexistem. E como a sociedade não existe, segundo Marx, independente do indivíduo, as mudanças nestes representam, inevitavelmente, mudanças na sociedade, e, da mesma forma, mudanças nas circunstâncias sociais são também mudanças nos indivíduos. Marx também ressalta que o homem devia ser visto historicamente, pois há um significado objetivo na história e esta é a autocriação progressiva do homem. É um processo cuja força propulsora é o trabalho humano: o homem produz tanto a si mesmo como ao seu mundo e o faz através da atividade prática que modifica sua própria natureza e ao mesmo

tempo transforma a natureza externa. A história é, portanto, o registro dessa transformação.

2.2.3 Trabalho: uma visão histórica

Antes de abordar propriamente a questão do trabalho, faz-se necessário uma análise histórica deste para que se possa compreender o contexto social em que está inserido.

Antigamente, as sociedades viviam de troca de produtos. Muitas delas desconheciam a propriedade particular dos bens, e seu sistema produtivo estava voltado para a subsistência. Os bens pertenciam à comunidade, e os frutos do trabalho eram repartidos entre os membros da tribo, do clã ou do grupo. Com a penetração do capitalismo, a indústria familiar ou artesanal local foi destruída, e o sistema produtivo transformou-se segundo as necessidades do colonizador ou da metrópole. Assim, a agricultura de subsistência cedeu lugar para a agricultura comercial de exportação de produtos tropicais, como a cana-de-açúcar, café, cacau, amendoim, borracha, etc... Para atender às necessidades da metrópole ou do mercado externo. Em vista disso, comunidades que até então produziam alimentos suficientes para a sua sobrevivência passaram a conhecer o flagelo da fome.

A alteração do sistema produtivo local causou profundas mudanças nas relações sociais de produção ou de trabalho. Se antes as relações de produção eram de cooperação, com o capitalismo e o colonialismo tornaram-se relações de exploração, tanto pela escravidão da mão-de-obra nativa como pelo trabalho assalariado.

Na fase de produção artesanal, que se estendeu

aproximadamente até o final do século XVII, não existia a divisão social do trabalho. Todas as fases da produção eram realizadas pelo mesmo trabalhador ou artífice.

Com a expansão do mercado consumidor, a produção artesanal tornou-se insuficiente para atender à procura de mercadorias ou produtos fabricados pelos artífices e seus aprendizes.

Como o mercado passou a solicitar uma maior produção, os mercadores passaram a fornecer as matérias-primas para vários artífices, que começaram, então, a trabalhar sob encomenda. Com isso, o artesão, que só havia perdido para mercador o monopólio da venda direta ao consumidor, perdeu também sua independência no processo de produção de mercadorias. Apesar de possuir os meios de produção - as ferramentas - ele perdeu o controle das matérias-primas que utilizava. Entretanto, a produção não acompanhava a grande expansão do mercado consumidor. Diante disso, e tendo por objetivo aumentar a produção e seus lucros, o proprietário das matérias-primas dividiu a tarefa de fabricação de um mesmo produto entre vários trabalhadores. Assim, cada etapa da produção passou a ser executada por um artesão. Esse período corresponde ao início da atividade industrial moderna e a consolidação das relações capitalistas de produção, ou seja, do trabalho assalariado.

A possibilidade de vender mais produtos e obter lucros levou os mercadores, também chamados de comerciantes ou burguesia, a estimular e a financiar a descoberta de novas técnicas de produção. Diante disso, as relações sociais de produção ou de trabalho sofreram profundas alterações, pois

essas relações, como já dito anteriormente, tornaram-se assalariadas.

Após esse breve histórico, de como o trabalho se desenvolveu, será abordado as questões mais específicas do trabalho procurando compreender o seu significado no contexto da sociedade capitalista.

2.2.3.1 Trabalho e classes sociais

A análise do que significa o trabalho deverá ser baseada nas condições atuais da sociedade em que se vive, o que significa que a produção dos bens materiais, além de atender a subsistência social, visa o lucro e o aumento do capital e, para tanto deve, necessariamente, explorar a força de trabalho de muitos. Assim, o capitalismo implica a existência de duas classes sociais: uma que obtém o capital e os meios de produção e outra que vende sua força de trabalho e é explorada pelos poucos proprietários que necessitam do lucro gerado pelo trabalho de muitos para a manutenção do seu poder, através da acumulação crescente de bens. Pode-se ver, desta forma, como através do trabalho produtivo da sociedade se constituem classes antagônicas, que, por sua vez, determinam as relações sociais entre os indivíduos.

O trabalho para a economia política burguesa, é uma categoria meramente econômica: trabalhar é produzir mercadorias, riquezas. Mas se o trabalho afeta negativamente o homem ou se, por outro lado, o afeta vitalmente, isso significa que ele tem uma dimensão mais profunda do que a meramente econômica. Por sua vez, Marx considera que o trabalho é a atividade humana essencial. Somente os homens são

capazes de agir deliberadamente sobre o mundo, mudando-o. Isso contrasta com Adam Smith, para quem o ócio era o estado ideal do homem, e o trabalho era uma atividade coerciva. Mas Marx nega isso e afirma que o trabalho realiza a espontaneidade humana e tem o mais alto valor potencial. Na sociedade tal como existe, o trabalho é coercivo não devido a sua natureza, mas devido às condições históricas sob as quais é realizada.

Erich Fromm, no "conceito Marxista do homem" diz que toda concepção de Marx a respeito de auto-realização do homem só pode ser plenamente compreendida em ligação com sua concepção de trabalho. Trabalho e capital não eram para Marx, meras categorias econômicas; eram categorias antropológicas, impregnados de um juízo de valor oriundo de sua posição humanista. Sua crítica central do capitalismo não é a da injustiça na distribuição das riquezas; mas é a perversão do trabalho, convertendo-o num trabalho forçado, alienado e sem sentido. Apesar disso, se o trabalho humano fosse marcado por uma negatividade absoluta (perda total do humano, degradação ao nível de animal ou coisa) não se poderia conceber a maneira pela qual se produz o homem enquanto homem. Isso significa que o trabalho produz não apenas objetos e relações sociais, como um caráter alienante, em ambos os casos, como produz igualmente o próprio homem. Portanto, o trabalho que, por um lado nega o homem, por outro o afirma, na medida em que o produz como tal.

Pelo trabalho o homem transforma a natureza. Essa atividade se distingue da ação animal porque é dirigido por uma projeto e, portanto, é deliberação intencional. Pelo trabalho é estabelecida uma relação dialética entre a teoria e

a prática: o projeto orienta a ação e esta altera o projeto, que de novo altera a ação, fazendo com que haja evolução nos processos empregados, o que gera um processo histórico.

A partir do que foi exposto pode-se detectar a existência de uma contradição e um antagonismo fundamentais, no sistema capitalista, entre o trabalho e o capital: paradoxalmente não é o trabalho que enriquece o homem, mas sim o capital. Aquilo que deveria ser a grande fonte de riqueza transforma-se em fonte de pobreza, dependência e exploração. Assim, o capitalismo domina, cada vez mais, o processo de trabalho, e toma todas as medidas para aumentar a produção da capacidade de trabalho que comprou. Torna-se essencial para o capitalista assumir o controle do processo de trabalho, retirá-lo das mãos dos trabalhadores. Nesse sentido, o sistema capitalista gera uma grande injustiça social, justificando, por si só, a luta de classes.

Com o visto até agora pode-se inferir que, o trabalho livre e criador foi negado historicamente ao homem, de modo que o produto de seu trabalho lhe é estranho e o enfrenta, subordinando-o. Em outras palavras, ele é incapaz de ser dono do produto de seu trabalho, e se torna estranho à sua própria criação. Essa alienação do homem e seu produto também implica a sua alienação em relação aos outros homens. A alienação se dá sempre que o trabalhador estiver numa relação de exterioridade com seu produto e atividade; origina-se a partir da divisão do trabalho, do interesse particular e no interesse comum.

2.3. A REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Dentro deste capítulo será feita uma introdução sobre alguns aspectos da realidade brasileira bem como uma breve abordagem sobre a dominação no Brasil, apoiada em autores como Medina e Xavier e, finalmente, um levantamento das classes sociais no Brasil.

A sociedade brasileira se caracteriza pela maior discrepância existente no mundo entre seus indicadores econômicos e seus indicadores sociais. Aqueles, situando o Brasil como a oitava potência econômica do mundo ocidental, se aproximam dos níveis dos países industrializados da Europa, enquanto os indicadores sociais se aproximam do nível dos países menos desenvolvidos do mundo afro-asiático. Cerca de 1/3 das famílias brasileiras vive em nível de miséria e cerca de 1/4 em nível de estrema pobreza, o que situa cerca de 65% da população, incluídos os sem rendimentos, numa faixa que se estende da mais absoluta miséria a um nível de estrema pobreza. Esse quadro é particularmente agravado no nordeste, em que 74,1% da população se encontra naquela faixa, e nas grandes metrópoles onde cerca de 1/4 da população é economicamente marginal (pesquisa encomendada pelo governo e coordenada pelo instituto de estudos políticos e sociais do Rio de Janeiro).

Uma das conclusões dessa pesquisa é que formou-se uma dicotomia entre uma parcela minoritária da população, que além de operar, vive integrada a uma moderna sociedade industrial e

uma parcela majoritária, rural e urbana que vive em condições de extrema pobreza, a margem dos benefícios dessa sociedade industrial.

Esses fatos levam a inferir que, em países com esse perfil, o papel fundamental de uma prática social que se pretenda progressista, não pode ser outro senão "o de se engajar nas lutas de emancipação das classes trabalhadoras" (2).

Posto esse pequeno mas significativo panorama da realidade social brasileira, será feito um levantamento histórico buscando as raízes da sociedade brasileira, objetivando uma melhor compreensão do que ocorre atualmente.

2.3.1 Um pouco de história

Com o pouco interesse comercial despertado no europeu, pois aqui não havia perspectivas de lucros, o início de nossa colonização não se mostrou promissor no sentido de germinar no futuro uma nação desenvolvida, economicamente forte e independente, ao contrário do que ocorreu, por exemplo, nos Estados Unidos da América do Norte, onde vários fatores se encadearam transformando aquela antiga colônia inglesa na maior potência econômica do mundo. Assim, a implantação do sistema feudal aqui no Brasil, já decadente na europa, fracassou após algumas décadas. Contudo, a colonização das terras descobertas foi possível através da fazenda, tornando-se, a mesma, instituição social básica e modelo de um empreendimento econômico, político e sócio-cultural, baseado em grande propriedade, no trabalho escravo e na monocultura.

Surge um sistema oligárquico, cujas raízes se apoia em todo o processo de nosso desenvolvimento histórico.

Acompanhando certas peculiaridades sócio-econômico e culturais, a expansão do mundo ocidental vai tomando novos rumos. Aproveitando-se do enorme progresso científico e tecnológico, a burguesia consolidada no século XVIII, deu passos gigantes no século XX. Países como Inglaterra, França e Estados Unidos, em que o capitalismo domina, tornam-se potências colonizadoras. Países em que a burguesia fica a reboque da nobreza, a exemplo de Portugal e Espanha, entram em decadência e perdem suas colônias.

É neste cenário, portanto, que o Brasil, como parte da chamada civilização ocidental, nasce e cresce. O colonizador português, produto de um regime feudal decadente, aqui se instala submetendo o índio e, em seguida, o negro. A formação étnica brasileira se faz basicamente a partir desses três elementos: o branco português, o indígena nativo e o negro africano.

Os ciclos do açúcar e do ouro além de transformarem a antiga feitoria extrativista numa próspera colônia, enriqueceram as oligarquias locais, que desenvolveram um desejo cada vez mais forte de prescindir da intermediação de Portugal no seu intercâmbio com a europa. Desta forma a evolução histórico-cultural do Brasil, nos seus três primeiros séculos, empurra-o para a independência política. Essa conquista, entretanto, não provocou, por outro lado, a independência econômica. O que houve, foi um rearranjo e uma conseqüente transferência de nossa dependência para potências

emergentes, de uma aparente saudável e livre concorrência, a um progressiva tendência imperialista, monopolista e selvagem, dominada no século XX por trustes e cartéis, controlados por pouquíssimos grupos e pessoas.

Um aspecto básico que deve-se destacar é o de que, ao longo do processo histórico dos países de capitalismo periférico, se concretiza e se estabelece não só uma relação interna de dominação de certos grupos sociais sobre outros, como também uma relação externa de dependência econômica, com reflexos políticos e sociais, onde os chamados países de capitalismo central exercem uma exploração econômica sistemática sobre os países periféricos. No caso brasileiro tais relações tolhem decisivamente a capacidade de dinamização e autonomia, como meta de uma relativa independência que permita ao Brasil um crescimento social e humano condizente com a própria evolução e conquistas da sociedade contemporânea como um todo.

Assim é que, nas amarras de uma dependência externa, desenvolvem-se as relações de dominação interna características de cada período histórico brasileiro. Se na época do descobrimento são os colonizadores portugueses que exerceram seu poder sobre os primitivos indígenas e, posteriormente, sobre os negros escravos, na época do império e da república são os grandes latifundiários que oprimem os camponeses. O sistema oligárquico, que se estabeleceu a partir da grande propriedade rural, define a formação econômica, política e social, e sua análise permite compreender melhor as relações de dependência e dominação que se dão por meio dele.

Pergunta-se agora, que espécie de transformações sofreu

a sociedade brasileira com o avanço das relações capitalistas de produção, que acabou resultando numa reintegração modernizada ao capitalismo internacional? Nas diferentes formas de dominação capitalista que desenvolveu, no seu processo contínuo de integração ao capitalismo internacional, a formação social brasileira se manteve aristocrática, extremamente concentradora da riqueza, do prestígio social e do poder. A institucionalização do poder no país realizou-se, conseqüentemente, com a exclusão permanente da grande maioria da população. Essa privatização do poder, agravada pela dispersão populacional e econômica interna, inviabilizou a integração nacional, requisito básico das transformações revolucionárias e do desenvolvimento econômico. E, no decurso da história brasileira, os interesses das camadas privilegiadas, foram sempre tratados como os "interesses da nação", constituindo a conexão interna perfeita para as manipulações externas.

Pode-se concluir, a partir dessa discussão que, a condição de país periférico colocou o Brasil diante de duas realidades: de um lado a realidade interna, cujas estruturas econômicas, políticas e sociais se transformaram, absorvendo as transformações do capitalismo mas impedem a interação nacional. Do outro, a realidade externa da dominação que estimula a modernização mas impede a conquista de um desenvolvimento auto-sustentado.

2.3.2 Classes sociais no Brasil

A estrutura social brasileira foi, de certa forma,

descrita, ainda que empiricamente, desde o século XX, por diversos autores. Embora restrita a certas áreas, essas descrições, oriundos de viajantes, cientistas, comerciantes ou meros curiosos, apontam para uma estrutura de classes que, nos começos do século XIX, já se revestia de certa complexidade. Essas descrições pré-científicas e análises históricas e sociológicas recentes apontam para a influência de alguns fatores marcantes na distribuição e proporção das classes: na fase colonial e até 1888 - a escravidão; no império e na primeira república - a imigração estrangeira; a partir de 1914 e, sobretudo, depois de 1950 - a industrialização; a partir dos anos 40 - as migrações internas e a urbanização intensa, e, em todas as épocas, desde a colônia até hoje, a forma de distribuição da propriedade e da posse da terra.

Os cientistas sociais brasileiros utilizaram, basicamente, dois métodos para definir a estrutura de classes; um baseado no nível de renda e outro na ocupação. Todavia, nem um nem outro, isolados, oferecem alicerce sólido à compreensão da pirâmide social.

Sociólogos como J. Pastore, buscaram um ponto de apoio para o estudo da estratificação através das ocupações; e da posição na ocupação, distribuída pelos diferentes setores de atividade - agricultura, indústria e comércio e serviços. Um dos principais problemas para uma caracterização das classes são os dados do censo, cujas categorias nem sempre permitem, sobretudo no caso da agricultura, uma distinção nítida entre proprietários e não-proprietários.

Isso levou alguns sociólogos a buscar complementar esses dados por outros critérios, embora menos fáceis de

quantificar, tais como: a) estabilidade social; indicado por emprego permanente, propriedade ou posse da terra, qualificação profissional e geração de renda; b) relacionamento com o mercado de trabalho. Segundo essa classificação, os extratos da população brasileira podem ser descritos da seguinte forma, a partir dos degraus inferiores da pirâmide: a) uma categoria de párias rurais, sem terra e sem possibilidades econômicas ou instrumentais de acesso à propriedade; b) uma segunda categoria seria constituída de elementos em contato mais ou menos permanente com o mercado de trabalho. São aqueles que exercem tarefas transitórias; c) categoria assalariada; d) aqueles que no campo conseguem uma certa estabilidade e na zona urbana são os artífices e oficiais autônomos; e) a categoria dos pequenos empresários, administradores, pequenos fabricantes e comerciantes, funcionários públicos, técnicos; f) grandes proprietários de terra, grandes empresários, participantes da alta burocracia civil e militar enfim, a elite de poder.

Já Jaguaribe, reconhece duas alternativas para identificar e enumerar a extensão da pobreza. A primeira é a do método direto que consiste em classificar na faixa de pobreza todas as pessoas cujo nível de consumo de certos bens e serviços está abaixo de um certo mínimo; a segunda alternativa, o método da renda que consiste em calcular o nível de renda associado à satisfação mínima das necessidades básicas, estabelecendo assim uma "linha de pobreza". Todo indivíduo com rendimento abaixo dessa linha é considerado pobre. O autor utiliza para identificação e delimitação da

pobreza a renda familiar total como ponto de partida, sendo que utilizou a variável "renda familiar per capita" para medir as diferenças no nível de bem estar material entre as famílias. Considerou assim que famílias pobres são aquelas em que o rendimento familiar é de até meio salário mínimo per capita. Através desse critério de classificação, e dos dados da PNAD, detectou que a pobreza, no Brasil, tem um forte componente regional.

Por sua vez, Medina apresenta uma pirâmide social brasileira mais simplificada. Para ele, a partir de 1930 uma nova estrutura começa a dar forma à pirâmide atual, na qual pode ser representada a sociedade de classes no Brasil, tendo no seu ápice a alta burguesia, na sua base a classe trabalhadora, e, entre essas duas classes antagônicas, a classe média, com as suas peculiaridades contraditórias, já que tendem tanto ao aburguesamento como à proletarização.

2.4. A EDUCAÇÃO

Neste último quartel do século XX, a educação, assumiu uma importância que bem reflete até que ponto ela integra o sistema industrial - de base tecnológica progressiva - que domina a sociedade em que se vive.

Nos países subdesenvolvidos, as questões que se colocam no plano da educação assumem uma importância muito maior, visto que a falta de recursos financeiros, a precariedade de profissionais de bom nível e as deficiências das instalações, tornam extremamente difícil a criação de uma infra-estrutura educacional capaz de permitir a plena e adequada expansão da rede escolar. Nestes países, esta rede não tem, em geral, condições de satisfazer nem mesmo a procura, por parte da população jovem, ao nível do curso primário.

As dificuldades materiais e de pessoal ainda se acrescentam os óbices de caráter cultural, como sejam uma tradição por demais apegada ao ensino acadêmico e uma predominância de critérios políticos sobre os critérios autenticamente econômicos e sociais, que levam a abrirem-se escolas - principalmente de nível médio e superior- mais em função de interesses de grupos privados e partidos políticos, do que em função dos interesses reais da comunidade.

Assim, após essa breve introdução ao problema da educação brasileira, serão citadas no ítem seguinte, as principais teorias da educação, fundamentais para que se possa compreender o papel que ela exerce frente ao contexto social e, assim, com esse referencial teórico, poder partir

para uma análise crítica da educação no âmbito da realidade social brasileira.

2.4.1 Referencial teórico da educação

Estudar a educação no contexto da realidade brasileira recente, a partir de um enfoque sociológico exige um referencial teórico que pode ser encontrado em parte na sociedade e em parte na economia da educação.

Quanto a conceituação de educação e sua situação num contexto social, existe concordância em dois pontos: primeiro que a educação sempre expressa uma doutrina pedagógica, a qual implícita ou explicitamente se baseia em uma filosofia de vida, concepção de homem e sociedade. Segundo que numa realidade social concreta, o processo educacional se dá através de instituições específicas (família, igreja, escola, comunidade) que se tornam porta-vozes de uma determinada doutrina pedagógica. Isto posto, será feito um levantamento das teorias da educação através de seus principais representantes.

2.4.1.1 Émile Durkheim

Parte do conceito do homem egoísta que precisa ser moldado para a vida societária. "As novas gerações apresentam uma flexibilidade para assimilar, internalizar e, finalmente, reproduzir os valores, as normas e as experiências das gerações mais velhas". Dessa forma, a experiência adulta torna-se indispensável para a sobrevivência das gerações mais novas. A transmissão da experiência de uma geração à outra tem por finalidade a continuidade de uma dada sociedade.

Quanto aos conteúdos da educação, estes não dependem da vontade individual; são as normas e valores de uma dada sociedade. Valores genéricos como continuidade, conservação, ordem, harmonia, equilíbrio são os princípios básicos que regem o funcionamento do sistema social como um todo e de seus subsistemas, aos quais os indivíduos se sujeitam no seu próprio interesse.

Pode-se dizer que sua teoria não considera o conflito, a contradição, a luta e a mudança social de seus sistemas sociais.

2.4.1.2 Dewey

Dewey, por sua vez, vê a educação não como um mecanismo de correção e ajustamento do indivíduo a estruturas sociais dadas, mas como um fator de dinamização das estruturas, através do ato inovador do indivíduo.

No processo educacional o indivíduo é habilitado a atuar no contexto social em que vive, não simplesmente reproduzindo as experiências anteriores, mas com base em tais experiências, ele se torna capaz de reorganizar seu comportamento e contribuir para a reestruturação e reorganização da sociedade moderna.

A escola, por sua vez, deveria assumir as características de uma pequena comunidade democrática onde a criança aprenderia as práticas da democracia para que, futuramente possa transferi-las à sociedade democrática como tal.

Também pressupõe indivíduos que tenham chances iguais, dentro de uma sociedade livre e igualitária, onde as

desigualdades são decorrentes das diferenças naturais entre os homens.

2.4.1.3 Passeron e Bourdieu

Ambos têm uma visão histórica da sociedade e do homem. Partem da análise e crítica da sociedade capitalista. A característica fundamental dessa sociedade é a sua estrutura de classes, decorrente da divisão social do trabalho, baseada na apropriação diferencial dos meios de produção.

O sistema educacional é visto como uma instituição que preenche duas funções estratégicas para a sociedade capitalista: a reprodução da cultura e a reprodução da estrutura de classes.

2.4.1.4 Althusser, Paulantzas e Establet

Estes autores não analisam somente funções isoladas preenchidas pela educação, escola ou sistema escolar, permanecendo em um nível meramente descritivo, mas tentam chegar a essência do fenômeno, através de uma análise crítica da sociedade capitalista como um todo, nas instâncias econômica, política e social. Assim, é Althusser que, pela primeira vez, caracteriza a escola como "aparelho ideológico do estado".

Embora esses autores forneçam um referencial teórico que permite analisar e criticar o funcionamento da escola nas modernas sociedades capitalistas, até agora não foram esclarecidas quais as condições históricas e estruturais que permitiram o fortalecimento dos aparelhos ideológicos do estado, em geral, e da escola em especial, como mecanismo hoje

indispensável da reprodução material e social das relações de produção.

2.4.1.5 Gramsci

Atribui à escola e a outras instituições da sociedade civil a dupla função estratégica de conservar e minar as estruturas capitalistas.

O referencial teórico de Gramsci não se limita a análise, explicação e crítica a uma sociedade historicamente estabelecida, mas oferece também os instrumentos para pensar e realizar, com o auxílio da escola e das demais instituições da sociedade civil, uma nova estrutura societária.

A partir do que foi exposto de cada autor, embora de forma sucinta, pode-se dizer que o foco central da discussão, em relação à escola e a educação, é o da sua eficácia ou não como agente de reprodução ou de mudança. Assim, as teorias de Durkheim e Dewey são teorias não-críticas por acreditarem ter a educação o poder de determinar as relações sociais, gozando de autonomia plena em relação à estrutura social. Já as teorias de Passeron e Bourdieu bem como as de Althusser, Paulantzas e Establet, voltam-se para uma concepção crítico-reprodutivista da educação. Crítica porque leva em conta os determinantes sociais da educação e, reprodutivista, porque acredita que a educação apenas reproduz as relações sociais vigentes. Sendo assim, essa concepção não apresenta proposta pedagógica, além de combater qualquer uma que se apresente. Assim, dada uma sociedade capitalista, sua educação reproduz os interesses do capital. Por sua vez, Gramsci aponta em

direção a superação dessas concepções, uma vez que reconhece que a educação é, sim, determinada pela sociedade, mas que essa determinação é relativa e na forma da ação recíproca. Conseqüentemente, a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua própria transformação.

A seguir, será feita uma análise em relação a escola.

2.4.2 A escola

Antigamente, a escola, que em grego significa "o lugar de ócio", era dirigida àqueles que não precisavam trabalhar para sobreviver. Na Idade Média, inclusive, evidenciou-se a expressão "ócio com dignidade", ou seja, ocupar o tempo livre com dignidade.

À medida que nesses dois tipos de sociedade, antiga ou escravista e medieval ou feudal, havia uma diminuta classe de proprietários e uma grande massa de não proprietários, a escola aparecia como uma modalidade de educação complementar e secundária. Isto porque a modalidade principal de educação continuava sendo ainda o trabalho, uma vez que a grande maioria, não se educava através da escola mas através da vida, do trabalho. E esse trabalho fundava relações entre os homens através dos quais eles construíam a cultura e se educavam.

Com a época moderna, em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas no âmbito do feudalismo, acumulam-se recursos, que deslocam a terra da condição de meio de produção principal. OS meios de produção passam a assumir a forma de capital, o qual inclui não apenas a terra mas os mais variados

instrumentos de trabalho. Surge então uma nova sociedade, chamada moderna ou capitalista ou burguesa. E a classe dominante dessa nova sociedade, que é a burguesia, não era uma classe ociosa. Assim, a burguesia revoluciona as relações de produção e passa a conquistar cada vez mais espaços, a dominar a natureza através do conhecimento metódico, e converte a ciência, que é um conhecimento intelectual, em potência material, através da indústria. Nesse quadro, surgem as cidades como local determinante das relações sociais. E como a cidade é uma construção artificial, as relações sociais já não são mais naturais; são relações em que o social predomina sobre o natural. Portanto, do direito natural, sucede o direito positivo. E é neste quadro que a exigência de conhecimento intelectual se torna necessidade geral.

Conseqüentemente, a partir da época moderna, o conhecimento sistemático se generaliza dados as condições de vida na cidade. Eis porque é na sociedade burgues que se vai colocar a exigência de universalização da escola básica.

Com o advento desse tipo de sociedade, constata-se que a forma escolar da educação se generaliza e se torna dominante.

E é esta a situação que se encontra hoje. Por isso é que, hoje em dia, se vive uma situação paradoxal do ponto de vista escolar. De um lado, a escola é secundarizada uma vez que afirma-se que não é só através dela que se educa. Educa-se através de múltiplas formas. Segundo essa tendência, a escola não é a única e nem mesmo a principal forma de educar.

Mas, de outro lado, contraditoriamente, assiste-se a uma hipertrofia da escola, ou seja, uma tentativa de ampliar a

sua esfera de ação educativa, reduzindo os demais espaços.

Essa hipertrofia da escola, de uma certa forma, coloca a seguinte questão: a partir da sociedade moderna, a forma dominante de educação é a escolar. A educação escolar é simplesmente a educação; já as outras modalidades são sempre definidas pela via negativa.

A partir desse quadro e dessas bases históricas defende-se a especificidade da escola. Em outras palavras, a escola tem uma função específica, educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento. Assim, entende-se que na sociedade atual pode-se perceber que já não é possível compreender a educação sem a escola porque a escola é a forma dominante e principal da educação. Assim, para se compreender as diferentes modalidades de educação, exige-se a compreensão da escola. Em contrapartida, a escola pode ser compreendida independentemente das demais modalidades de educação.

2.4.3 Educação no Brasil

A educação no Brasil passa a exercer sua função de reprodução das relações de produção quando aqui se implantou definitivamente o capitalismo, mesmo sob a forma de um capitalismo dependente.

No período colonial a educação tinha mera função de reprodução da ideologia política e religiosa, assegurando com isso o domínio dos portugueses sobre indígenas e negros escravos. No fim deste período, e durante todo o império, em que internamente já se começava a delinear claramente a

estrutura de classes, a função da educação consiste em, reproduzindo a ideologia, reproduzir também a própria estrutura de classes.

A partir da república, a educação vai se tornando cada vez mais importante em sua função adicional de reprodução das estruturas de poder.

Com o advento do estado novo a educação já começa a assumir todas as funções que lhe são atribuídas nas sociedades capitalistas modernas: além da reprodução da ideologia e da estrutura de classes com o seu esquema de dominação e de exploração, a educação passa a assumir ainda a função de reprodução da força de trabalho. Mas essa função ainda tem caráter secundário, diante das demais. Somente o governo implantado em 1964 procurará garantir à educação sua funcionalidade múltipla, no contexto do capitalismo dependente em que se insere o Brasil.

Há assim, no desenvolvimento histórico da realidade brasileira, um deslocamento sistemático do fator educacional da periferia do sistema para o seu centro, assumindo aqui, na atualidade, força estratégica para a consolidação do capitalismo no país. A tomada de consciência da importância da educação como mecanismo manipulável para a implantação, conservação e dinamização das estruturas de produção capitalista no Brasil, corresponde, em certo sentido, à valorização teórica que este fator experimentou nos últimos anos para a compreensão e explicação dos dinamismos da reprodução das modernas sociedades capitalistas em geral.

Faz-se necessário ressaltar, a partir do exposto, que a

crítica à escola capitalista não significa a negação do valor da educação, enquanto instrumento de mudança, ou como querem alguns, de libertação. Critica-se a escola a serviço do sistema de produção capitalista e toda a orientação do pensamento liberal - ideologia típica de classes dominantes, que a orienta.

2.5. COMUNICAÇÃO

Os principais meios de comunicação de massa, que são o rádio, cinema, jornais, revistas, televisão e a propaganda, envolvem toda uma produção cultural. Para abordar sobre essa produção cultural, é necessário, antes de mais nada, ressaltar que, ao mesmo tempo que pode servir à consciência, pode servir à alienação; que tanto pode levar ao conhecimento como à deturpação da realidade; tanto pode ser criativa como também pode ser paralisadora. Outro dado importante é o da constatação de que hoje, no Brasil, só existe consolidado um mercado de bens culturais, cuja tendência para o futuro indica uma constante ampliação e diversificação de produtores e públicos específicos, que por um lado é presidida pela lógica da comercialização e, por outro, passa a permitir uma rentabilidade econômica que permite aos produtores um tipo de sobrevivência calcado exclusivamente nesse tipo de atividade: é a "indústria cultural", que, dentro de uma sociedade de mercado capitalista, ocupa um espaço significativo através de um sólido mercado de bens.

Após essas observações iniciais referentes a indústria cultural, pode-se partir para a análise de um aspecto fundamental da comunicação, que tem por função a veiculação de uma série de informações, idéias, valores, atitudes, que é a propaganda. A propaganda, seja ela comercial ou ideológica, reflete os objetivos econômicos e os interesses da classe dominante. Contudo, esse dado é, geralmente, ocultado pois a

propaganda sempre mostra que quem sai ganhando com o consumo do produto ou da idéia não é o dono da empresa mas o consumidor.

A propaganda comercial é a que tem por objetivo vender um produto, um serviço ou uma marca ao consumidor, através da publicidade que, na maioria das vezes, mascara a realidade transformando o objeto no fetiche que satisfaz. O que a publicidade vende, portanto, é muito mais que o produto: é a promessa de satisfação de uma necessidade ou aspiração. A propaganda também exerce função modeladora: modela o comportamento por meio de veiculação de valores, que são controlados no ter cada vez mais coisas.

Já a propaganda ideológica, isto é, a que vende idéias e não produtos, é feito de modo muito mais sutil. Raramente é identificada como propaganda. As informações aparecem como se a realidade fosse assim mesmo e houvesse absoluta neutralidade na sua apresentação. Isto se dá tanto em obras de ficção como em noticiários, entrevistas e documentários. As informações são fragmentadas, retiradas do seu contexto histórico e social.

2.6. A EDUCAÇÃO FÍSICA

Após ter discutido questões básicas como as referentes à sociedade, realidade e trabalho, cuja intenção foi a de construir uma base sólida ou um suporte teórico para possibilitar a análise das questões mais amplas e complexas desenvolvidas após essas noções preliminares, como no capítulo referente a realidade social brasileira e no capítulo seguinte, referente à educação, finalmente chegou o momento de enveredar para as questões da educação física que deverá ser analisada no contexto da realidade social brasileira.

2.6.1 A educação física e a realidade social brasileira

A fome no Brasil, agride diretamente 41 milhões de menores oriundos de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo. Crianças morrem no Brasil, com menos de cinco anos sendo que quase 46,2% foi determinado pela situação de fome. Enquanto morrem no Brasil, a cada 4 minutos e 20 segundos, duas crianças com menos de cinco anos de idade, os portos de Santos e do Rio de Janeiro continuam exportando quantidades enormes de produtos alimentícios. Essas são algumas das realidades que permeiam a sociedade brasileira. Contudo,

"Apesar de a realidade concreta ser estapafúrdia, os reformistas que dirigem os 'destinos' da Educação Física e dos Desportos no Brasil, procuram desvinculá-los da ópera econômica cômico-grotesca, há 25 longos anos em cartaz. Essa prática ideológica aparece como uma nevasca que procura encobrir a finalidade precípua

dos atos pedagógicos, tanto na Educação Física e nos Desportos como na Educação, que é a perpetuação alienante dos valores morais, considerados universais, que fundamenta a degradação material e moral que pouco a pouco corrói a dignidade humana".(3)

Nesse quadro, em que a miséria é o patamar mais alto, por um lado, e a exportação ilegal de dólares e produtos industrializados subfaturadas, por outro, procura-se mostrar que a educação física como uma área de conhecimento humano carente de uma cultura filosófica, não percebe que as repercussões de uma política econômica enganosa e exportadora se faz sentir nos grupos humanos espoliados, principalmente sobre seus aparelhos biológicos, sobre seus corpos.

Nesse sentido, faz-se mister uma crítica contundente às políticas educacionais, que procuram referendar a concepção burguesa de igualdade e democratização da educação e, especificamente da educação física e dos desportos, uma vez que não é possível falar em igualdade de oportunidades onde não existe igualdade de condições.

Freitas, em seu livro "A miséria da educação física" levanta as seguintes questões:

"Por que o Brasil não consegue, com seus quase 144 milhões de habitantes, ficar, nas dimensões social e desportiva, entre os 20 países primeiros colocados? Por que, apesar de sermos a 8ª economia do bloco capitalista, continuamos a ocupar o 82º lugar em nível de vida e aplicação na saúde? Por que, no âmbito desportivo-competitivo, desporto conhecido como de alto rendimento, continuamos atrás da Alemanha Democrática, da Romênia e de Cuba, que têm, juntas, menos de um terço da população brasileira? Tais resultados nada nos dizem, não nos induzem a uma reflexão histórica, crítica e radical?".(4)

E, frente a essas questões pergunta-se: que espécie de educação física deseja o povo brasileiro? Manuel Sérgio (1989) assim responde:

"Uma educação física que não maximize o lucro nem se sacralize o poder; uma educação física consciente da humanidade dos homens, em geral, e da unicidade de cada homem, em particular; uma educação física em que seu cartesianismo, mais ou menos institucionalizado, vá progressivamente dando lugar a uma visão holística e sistêmica do ser humano; uma educação física que seja realmente exercida pelo povo e não sobre o povo".(5)

Para que haja então uma contribuição significativa, para que a reflexão sobre a educação física seja crítica e radical e aponte em direção a uma prática social concreta, será discutido no item seguinte, como os profissionais de educação física se posicionam frente à realidade.

2.6.2 Concepções filosóficas

A prática da educação física corresponde a tomada de um posicionamento filosófico, ainda que o profissional não se dê conta disso. Assim, como entre os professores de educação física parece imperar o que Paulo Freire (1983) chama de consciência ingênua, caracterizada pela conduta alienada e acrática, esta reflexão filosófica é aí totalmente ausente. Conseqüentemente, a prática da educação física, ou seja, a defesa de uma postura filosófica acontece sem que os profissionais se dêem por isso.

"Como exemplo podemos citar a concepção de corporeidade humana que está presente na prática da nossa educação física. Esta concepção caracteriza-se pelo dualismo, isto é, a prática da educação física brasileira reflete uma concepção dualista na qual o homem é considerado como composto de duas unidades distintas: corpo e mente" (6)

Entre os profissionais da educação física do Brasil, existem diferentes entendimentos do papel da educação física escolar. Um grande grupo pensa e age de acordo com uma visão biológica a partir do qual o papel da educação física seria

melhorar a aptidão física dos indivíduos, com o que estaria contribuindo automaticamente para o desenvolvimento social, uma vez que os indivíduos estariam mais aptos a atuar na sociedade e, portanto, seria também mais úteis a ela. Outro grupo de profissionais que, juntamente com a anterior, perfazem a maioria, supera de certo modo a visão anterior, agregando à melhoria da aptidão física o desenvolvimento psíquico. Esta segunda visão, que Valter Bracht (1992) denomina de bio-psicológica, reconhece como papel da educação física a melhoria da aptidão física, o desenvolvimento intelectual e a manutenção do equilíbrio afetivo ou emocional; utilizando uma abordagem sistêmica, diria-se que a educação física atua sobre os domínios psicomotor, cognitivo e afetivo. Nestas duas visões, porém, a análise da relação da educação física com o contexto social é funcionalista, na medida em que é seu papel formar física e psiquicamente um cidadão que desempenhe o melhor possível, o papel a ele atribuído na prática social.

A abordagem funcionalista vê a educação física e a educação como elementos que garantem a funcionalidade do sistema como um todo, e ajudam a prevenir disfuncionalidades ou conflitos. O fundamento científico desta perspectiva provém das ciências biológicas e da saúde, de orientação positivista. Daí advém também grande parte de suas limitações e seu reducionismos, que em termos de concepção pedagógica têm sido denominada de "biologicista". Na verdade, a concepção positivista da ciência não pode fornecer o fundamento para a prática pedagógica, porque ela radicaliza a separação entre

teoria e prática. Dessa forma, são visões a-históricas do papel social da educação física, como também, circunscrevem-se no âmbito das teorias a-críticas da educação por não reconhecerem os condicionantes sociais da educação, educação física e da atividade pedagógica.

As diferentes valorizações, decorrem de diferentes visões da sociedade ou teorias sociais. As valorizações positivas estão respaldadas teoricamente, como já dito anteriormente, na teoria estrutural - funcionalista da sociedade. Ao contrário dessa visão, parcial e falseadora da prática social, produzida por uma metodologia positivista e fragmentada, existe uma outra que utiliza da análise crítica para identificar o papel social que a educação física concretamente cumpre neste momento histórico da sociedade brasileira. É a teoria da sociedade que pode ser chamada de abordagem do conflito: acredita que é mais correto ver a sociedade do ponto de vista de suas contradições históricas. Portanto, não entende as sociedades capitalistas, por exemplo, como sendo harmônicas e funcionais e sim, que estas encerram contradições fundamentais.

"Se nos acumpliciarmos à filosofia marxista, entendendo-a como uma linha de ação indispensável à compreensão da inserção da Educação Física e dos Desportos numa sociedade específica, teremos avançado 25 anos na teoria do conhecimento, mesmo porque o anacronismo da maior parte do professorado da área em questão é o reflexo do conhecimento positivista que encharcou o seu psiquismo. De maneira que, sem uma compreensão detalhada da filosofia marxista, fica difícil a análise científica, análise da totalidade, da Educação Física e dos Desportos inseridos numa determinada formação sócio-econômica". (7)

A partir dessas reflexões, é possível afirmar que é absolutamente necessário a tomada de uma posição crítico-radical que vá às raízes da questão, e acima de tudo que esteja voltada para o coletivo e seus anseios. Se os profissionais da educação física não assumirem tal postura, revolucionária, já, para mudar a realidade objetiva em que vivem, continuarão como marionetes que vegetam em torno de uma minoria parasitária que vivem da transfusão diária, do trabalho excedente.

Dentro dessa ótica, faz-se necessário entender que o homem e a sociedade formam uma unidade dialética indissolúvel, na medida em que o homem não é independente da sociedade, e a sociedade não existe fora das relações entre os homens. Assim, aceita-se o pressuposto de Marx que afirma ser a essência humana não algo inerente a cada indivíduo, mas, na realidade, o conjunto das relações sociais.

Finalmente, utilizando-se da citação de Freitas, conclui-se que:

"Precisamos de uma 'praxis revolucionária', porque de interpretações da realidade já estamos cansados e exauridos pelo falatório oportunista dos políticos e ideólogos que referendam a usurpação do poder popular pelo 'poder militar', o *fac totum* da classe dominante, que, por ter o respaldo bélico, logístico e econômico do capitalismo internacional pinta e borda nesta 'republicueta' de todos os 'santos'. (8)

III - CONCLUSÃO

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Após a análise e as reflexões em relação à educação física e a realidade social brasileira, conclui-se que a ação transformadora do professor de educação física não deve restringir-se aos muros da escola. A atuação política deste profissional deve estender-se para a sua entidade representativa, seu sindicato, não movido, é óbvio, por uma visão corporativista e, sim, a partir de uma identificação social com a classe trabalhadora. O engajamento com a categoria de profissionais ligados à educação, neste momento histórico, deve, visar uma ação que permita que se estabeleça uma política educacional, e de que se concretize uma escola em nosso país, de acordo com as necessidades e interesses da classe trabalhadora.

Finalmente, pode-se dizer que"

Enquanto permitirmos que milhões de crianças continuem desamparadas e expurgadas dos programas desenvolvimentistas desta 'republicueta' tropical chamada Brasil, e que nossos milhões de irmãos nordestinos, índios e negros, continuem sob o arbítrio do fanatismo religioso e de um sistema perverso que induz estes seres humanos a viver num antro de miséria e com 'a fotografia de Hiroshima refletida nos olhos de suas crianças' podemos pensar em desportos de alto rendimento, participação ou educação? Rendimento, participação e educação para que e para quem? (9)

3.2. RECOMENDAÇÕES

A leitura é indicada àqueles que estão comprometidos

com a educação, particularmente com a educação física e que compreendem que toda prática é sustentada por uma concepção de mundo, de sociedade e de homem e também àqueles que desejam identificar o papel social que a educação física concretamente cumpre no âmbito da sociedade em que se vive.

IV - GLOSSÁRIO

ALIENAÇÃO: em ciências sociais, significa geralmente um afastamento ou separação de partes ou do todo da personalidade em relação a aspectos significativos do mundo empírico.

ESCOLA: tem uma função específica, educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento. Assim, entende-se que na sociedade atual, pode-se perceber que só não é possível compreender a educação sem a escola porque a escola é forma dominante e principal da educação.

IDEOLOGIA: no sentido vulgar, é o conjunto de doutrinas e idéias ou conjunto de conhecimentos destinados a orientar a ação. Do ponto de vista político, é o conjunto de idéias da classe dominante estendido à classe dominada e que visa a manutenção da dominação.

TRABALHO: é a atividade humana essencial. O trabalho realiza a espontaneidade humana e tem o mais alto valor potencial. Na sociedade tal como existe, o trabalho é coercivo não devido a sua natureza, mas devido às condições históricas sob às quais é realizada.

V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. SILVA, Benedicto et alli. **Dicionário de ciências sociais.** Rio de Janeiro, 1987. p. 1140
2. MEDINA, J.P.S. **O brasileiro e seu corpo.** Campinas, 1987. p. 25.
3. FREITAS, F.M.C. **A miséria da educação física.** Campinas, 1991. p. 57.
4. CUNHA, M.S.V. **Educação física ou ciência da motricidade humana?** Campinas, 1989. p. 89.
6. BRACHT, Valter. **Educação física e aprendizagem social.** Porto Alegre, 1992. p. 71.
7. FREITAS, F.M.C. **A miséria da educação física.** Campinas, 1991. p. 75.
8. *Ibide.* p. 84
9. *Ibid.* p. 48

VI - BIBLIOGRAFIA

01. ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. São Paulo : Mestre Jou, 1970.
02. ARANHA, M.L. de A. & MARTINS, M.H.P. Filosofando: Introdução à filosofia. São Paulo : Moderna, 1986.
03. BRACHT, Valter. Educação física e aprendizagem social. Porto Alegre : Magister, 1992.
04. CASTELLINI FILHO, Lino. Educação física no Brasil: a história que não se conta. Campinas : Papirus, 1988.
05. CUNHA, M.S.V. Educação física, ou ciência da motricidade humana?. Campinas : Papirus, 1989.
06. DUARTE Jr., João F. O que é realidade. 7.ed. São Paulo : Brasiliense, 1990.
07. FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente: classes sociais na América latina. 2.ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.
08. FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. 5.ed. São Paulo : Moraes, 1980.
09. FREITAS, Francisco M.de Carvalho. A miséria da educação física. Campinas : Papirus, 1991.
10. JAGUARIBE, H. et alli. Brasil 2000: para um novo pacto social. 4.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
11. JÚNIOR, Paulo Ghiardelli. História da educação. 2.ed. São Paulo : Cortez, 1991.
12. LANE, Silvia T.M. O que é psicologia social. 17.ed. São Paulo : Brasiliense, 1991.
13. LAKATOS, E.M. e MARCONI, M.de A. Sociologia geral. São Paulo : Atlas, 1990.
14. MARCELINO, Nelson Carvalho. Lazer e educação. 2.ed. Campinas : Papirus, 1990.
15. MEDINA, João P.J. O brasileiro e seu corpo: educação e política do corpo. Campinas : Papirus, 1990.
16. ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira - Cultura

brasileira e a indústria cultural. Revista quadrimestral de ciências da educação, São Paulo, n. 31, p. 129-131, dez, 1988.

17. SANCHES VASQUEZ, A. Filosofia da praxia. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1968.
18. SARUP, Madan. Marxismo e educação. Rio de Janeiro : Zahar, 1980.
19. SAVIANI, Demeral et alli. Filosofia da educação brasileira. 3.ed. Rio de Janeiro : Civilização brasileira, 1987.
20. SILVA, Benedicto et. alli. Dicionário de ciências sociais. 2.ed. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1987.
21. XAVIER, M.E.S.P. Capitalismo e escola no Brasil. Campinas : Papyrus, 1990.
22. Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI. Organizador Wagner W. Moreira. Campinas : Papyrus, 1992.